



PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

052. PROVA OBJETIVA

NUTRICIONISTA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de **01** a **04**:

Mundo pouco

O amo de Fabiana Crioula morreu em 1618, em Lima. Em seu testamento, rebaixou-lhe o preço da liberdade, de duzentos a cento e cinquenta pesos.

Fabiana passou toda a noite sem dormir, perguntando-se quanto valeria a sua caixa de madeira cheia de canela em pó. Ela não sabe somar, de modo que não pode calcular as liberdades que comprou, com seu trabalho, ao longo do meio século que leva no mundo, nem o preço dos filhos que fizeram nela e depois arrancaram dela.

Nem bem desponta a alvorada, acode o pássaro a bater na janela com o bico. Cada dia, o mesmo pássaro avisa que é hora de despertar e andar.

Fabiana boceja, senta na esteira e olha os pés gastos.

(Eduardo Galeano, *Mulheres*)

01. Os elementos textuais levam a inferir que o narrador

- (A) afirma que Fabiana, vendendo a canela em pó, amealhou os recursos financeiros de que precisava para comprar sua liberdade.
- (B) sugere que as circunstâncias impostas à vida da escrava não seriam levadas em conta no cômputo das liberdades compradas.
- (C) acredita que o rebaixamento do preço da liberdade de Fabiana foi uma medida de justiça praticada por seu amo.
- (D) relata uma rotina nova para Fabiana, que pode, finalmente, desfrutar de sua liberdade em contato com a natureza.
- (E) expõe as limitações intelectuais da escrava, que é incapaz de verificar se as contas feitas por seu amo estão corretas.

02. O pronome “lhe” expressa a noção de posse em “...rebaixou-lhe o preço da liberdade”, tal como ocorre com o termo destacado no trecho reescrito em:

- (A) ... perguntando-se quanto **lhe** renderia a sua caixa... (2º parágrafo)
- (B) ... o preço dos filhos que **lhe** fizeram... (2º parágrafo)
- (C) ... e depois **lhe** arrancaram. (2º parágrafo)
- (D) ... bater-**lhe** na janela com o bico. (3º parágrafo)
- (E) ... avisa-**lhe** que é hora de despertar e andar. (3º parágrafo)

03. Na passagem “Ela não sabe somar, **de modo que** não pode calcular as liberdades que comprou...”, a expressão destacada estabelece relação de sentido de

- (A) consequência e pode ser substituída por “de sorte que”.
- (B) modo e pode ser substituída por “de ‘assim que’”.
- (C) explicação e pode ser substituída por “pois”.
- (D) causa e pode ser substituída por “porque”.
- (E) condição e pode ser substituída por “desde que”.

04. Assinale a alternativa que expressa adequadamente o significado da seguinte passagem:

“Nem bem desponta a alvorada, acode o pássaro a bater na janela com o bico.” (3º parágrafo)

- (A) Assim que surge o dia, o pássaro ajuda a bater na janela com o bico.
- (B) Quando se vai a manhã, surge o pássaro a bater na janela com o bico.
- (C) Ao declinar o sol, vem o pássaro a bater na janela com o bico.
- (D) Mal raia o dia, acontece o pássaro a bater na janela com o bico.
- (E) Ainda não nasce a aurora, socorre o pássaro a bater na janela com o bico.

Leia a tira de Dik Browne a seguir para responder às questões **05** e **06**:



(Disponível em: https://www.instagram.com/hagar_ohorrivel/)

05. Considerando o recurso visual e o diálogo de Hagar com o sábio, é correto afirmar que o efeito de sentido de humor decorre

- (A) da explicação do sábio para convencer Hagar de que vale a pena pagar pela revelação do segredo.
- (B) da manifestação de interesse de Hagar em ter sucesso financeiro com o conselho que o sábio lhe der.
- (C) da informação implícita de que Hagar é um dos tipos crédulos que garantem o sucesso do sábio.
- (D) do efeito, em Hagar, da atitude do sábio, que lhe apresenta um preço considerado exorbitante.
- (E) do sentido equivocado que o sábio atribui à pergunta de Hagar, à qual responde sucintamente.

06. Assinale alternativa em que o enunciado do texto está reescrito de acordo com a norma-padrão de regência e de crase.

- (A) Apresente à pessoas muito crédulas um serviço que elas possam pagar.
- (B) Ofereça à certas pessoas crédulas um serviço do qual não consigam recusar.
- (C) Faça à quem o consultar uma oferta de serviço de que ninguém se escuse.
- (D) Pessoas crédulas não têm força de resistir àquela boa proposta que oferecer.
- (E) À princípio, você deve convencer aos crédulos de que podem ter sucesso.

Leia o texto a seguir para responder às questões de **07** a **12**:

A subjetividade do tribunal racial

A ex-oficial de chancelaria Flávia Goes de Medeiros foi exonerada do Itamaraty há poucas semanas por não ter sido considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas, por meio do qual ingressou na instituição por concurso em 2024. O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”, verdadeiros tribunais raciais que, pautados por critérios absolutamente subjetivos, determinam, com base no olhar, quem é preto ou pardo o suficiente para ser digno de reparação histórica.

A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme os critérios utilizados pelo IBGE. Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação. Em outras palavras: o Estado que afirma confiar na palavra do cidadão para fins censitários é o mesmo que, no que concerne aos concursos públicos, demonstra não ter tanta confiança assim.

É no meio dessa confusão que as tais bancas de heteroidentificação, encarregadas de avaliar os traços fenotípicos dos candidatos, têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro. O resultado é este a que assistimos na administração e nas universidades públicas: a prevalência das percepções individuais dos membros dos tribunais raciais sobre critérios verificáveis de admissão, como, por exemplo, a condição socioeconômica dos postulantes.

Como bem observou ao Estadão o professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia, causa espanto a normalização, no Brasil, de uma polícia racial encarregada de examinar o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo, a tonalidade da pele e outros traços distintivos para decidir quem tem direito a se beneficiar de uma política pública. A descrição do professor Gomes pode soar desconfortável para muitos, mas é exatamente isso o que tem ocorrido.

É óbvio que fraudes existem e têm de ser combatidas. Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais que, repita-se, a lei autoriza que sejam autodeclaradas.

O País precisa debater sem paixões a existência dessas bancas de heteroidentificação. Na República, a vigência de políticas públicas não pode depender da avaliação pessoal de servidores incapazes de oferecer o que a própria Constituição exige deles: objetividade.

(Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 02.06.2026. Adaptado)

07. Publicado sob a rubrica “Opinião”, o texto expressa pontos de vista associados a argumentos. Assinale a alternativa em que se expressa um ponto de vista associado ao respectivo argumento, em conformidade com o sentido do texto.

- (A) A exoneração de Flávia Goes de Medeiros está sendo discutida na justiça por inaptidão para entrar no sistema de cotas definido por lei.
- (B) As bancas de heteroidentificação atuam como tribunais raciais por haver interferência de juízos pessoais na apreciação das autodeclarações dos candidatos.
- (C) A Lei nº 15.142/2025 reserva 30% das vagas no serviço público a quem se declara preto ou pardo por decisão do IBGE, ao fixar as características raciais.
- (D) As bancas julgam com base nas condições socioeconômicas dos candidatos por seguirem a letra fria da lei e atentarem para o limite de 30% das vagas.
- (E) É confusa a tomada de decisões das bancas com base em traços fenotípicos por ter o candidato deixado de apresentar o documento que comprova o que declarou.

08. No quarto parágrafo, a matéria do jornal cita a opinião do professor Wilson Gomes, da Universidade Federal da Bahia. Esse recurso textual tem o objetivo de

- (A) convalidar a postura das bancas de heteroidentificação, por associação com as opiniões do professor citado.
- (B) preservar a idoneidade do jornal, evitando que seja acusado de veicular fatos que carecem de prova consistente.
- (C) apaziguar a polêmica em torno do assunto, deslocando a questão identitária do centro das atenções do leitor.
- (D) comprovar a conveniência de a matéria se ater a opiniões que divirjam das suas, a fim de estimular o debate em torno do tema.
- (E) ratificar o ponto de vista do jornal, mediante menção a uma fonte abalizada pela credencial acadêmica.

09. Assinale a alternativa em que o emprego e a colocação dos pronomes estão de acordo com a norma-padrão.

- (A) O candidato já aprovado em provas tem seus traços fenotípicos examinados por uma banca de heteroidentificação que deixa ele assumir ou não o cargo.
- (B) A oficial de chancelaria não foi considerada apta a se beneficiar do sistema de cotas; exoneraram-na, por isso, há poucas semanas.
- (C) Bancas de heteroidentificação têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial e efetivamente praticam-no.
- (D) Existe uma polícia racial que examina o tamanho do nariz ou dos lábios de uma pessoa, o tipo de cabelo etc.; e o pior é que lhe normalizaram.
- (E) Há 30% das vagas no serviço público reservadas aos que se autodeclararem pretos ou pardos, mas essa autodeclaração submeterá-se a confirmação.

10. A passagem do texto em que se identifica emprego de palavra(s) em sentido figurado é:

- (A) O futuro da sra. Medeiros no serviço público está em discussão na Justiça, mas seu caso lança nova luz sobre o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”...
- (B) A Lei nº 15.142/2025 determina que podem concorrer a 30% das vagas reservadas no serviço público aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos...
- (C) Porém, o mesmo diploma legal estabelece que essa autodeclaração deve ser submetida a um procedimento de confirmação.
- (D) Não há parâmetros objetivos capazes de definir a partir de que tom de pele ou traço facial alguém deixou de ser negro.
- (E) Mas isso não justifica a institucionalização de um sistema que confere enormes poderes a terceiros para arbitrar identidades raciais...

11. Observe o emprego das aspas nas passagens:

... o velho problema das tais “bancas de heteroidentificação”... (1º parágrafo)

... têm espaço de sobra para praticar uma espécie de “achismo” racial, chamemos assim. (3º parágrafo)

É correto afirmar que as aspas, nas respectivas passagens, sugerem a intenção de

- (A) fazer citação direta; sinalizar emprego de gíria.
- (B) citar expressão técnica; expressar dúvida.
- (C) provocar estranhamento; marcar precisão do termo.
- (D) conferir ênfase; destacar a escolha do termo.
- (E) destacar importância; reconhecer impropriedade do termo.

12. Considere as seguintes passagens:

... por não ter sido considerada **apta** a se beneficiar do sistema de cotas... (1º parágrafo)

... parâmetros objetivos **capazes de** definir... (3º parágrafo)

... o Estado que afirma **confiar na** palavra... (2º parágrafo)

Assinale a alternativa em que as expressões destacadas estão expressas por seus respectivos antônimos e de acordo com a norma-padrão de regência.

- (A) insuficiente de; incapazes de; desacreditar na.
- (B) inepta para; ineficazes para; descrever da.
- (C) inabilitada a; impossíveis em; suspeitar da.
- (D) incompetente para; difíceis para; prejudicar da.
- (E) merecedora para; impróprios a; descredenciar da.

13. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal.

- (A) Afirma-se que prevalece na avaliação percepções individuais dos que compõe as bancas.
- (B) Destina-se exatamente 30% das vagas a candidatos que se autodeclara negro ou pardo.
- (C) Dado as condições legais, não faz sentido critérios adicionais envolvendo análise subjetiva.
- (D) O problema da análise feita pela banca são os estereótipos culturais que a leva a cometer erros.
- (E) Estabelecidos critérios na lei, resta questionar as razões que fazem duvidar das autodeclarações.

14. A alternativa em que os verbos estão conjugados de acordo com a norma-padrão é:

- (A) Parecia óbvio que existissem fraudes; e era necessário haver quem se dispõe a combatê-las.
- (B) É óbvio que, se existirem fraudes, será preciso identificar os que se proporem a combatê-las.
- (C) Sendo óbvio que existiam fraudes, por que a autoridade não interviu para combatê-las?
- (D) Se as autoridades previrem que haverá fraudes, devem agir de pronto para impedi-las.
- (E) Se a imprensa vir com informações sobre fraudes, será necessário apurar a os fatos.

15. A alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância nominal é:

- (A) A jovem espera que, com a digitalização, sua petição na justiça tramite rápida.
- (B) A jovem recorreu à justiça e apresentou anexo farta documentação para exame.
- (C) A jovem recorreu à justiça, pois teve pedido de reconsideração e recurso à banca indeferidos.
- (D) A jovem foi surpreendida com o parecer emitido pela banca, infundada, segundo ela.
- (E) A jovem diz ter bastante motivos para recorrer à Justiça, que pode mudar sua situação.

16. Durante reunião do Conselho Municipal de Saúde (CMS), discutia-se a aprovação do plano municipal de saúde e a utilização dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) ao município. Um profissional da Secretaria Municipal de Saúde afirmou que o conselho possui apenas função consultiva e que a gestão municipal pode decidir sozinha sobre a aplicação dos recursos. Com base na Lei Federal nº 8.142/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) O CMS possui caráter apenas consultivo, cabendo ao gestor municipal decidir sobre o plano de saúde e a aplicação dos recursos.
- (B) A transferência regular de recursos financeiros da União ao município depende da existência de um CMS com caráter deliberativo e composição paritária.
- (C) Os recursos transferidos ao município podem ser aplicados livremente pelo gestor, independentemente de apreciação pelo CMS.
- (D) A participação de trabalhadores da saúde no CMS é vedada, por se tratar de órgão composto exclusivamente por usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).
- (E) A conferência municipal de saúde é responsável pela aprovação do plano municipal de saúde, cabendo ao CMS apenas executar as decisões tomadas.

17. O sistema de saúde brasileiro, como política pública social, fundamenta-se na compreensão de que a saúde é direito de cidadania e dever do Estado. Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde (SUS) visa primordialmente a

- (A) garantir o acesso universal e equitativo às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde, no âmbito da seguridade social.
- (B) priorizar o atendimento gratuito à população de baixa renda, direcionando, sempre que possível, os demais cidadãos para o setor privado.
- (C) focalizar os recursos públicos no tratamento de doenças de alta complexidade, delegando a atenção básica ao terceiro setor.
- (D) subordinar a assistência à saúde à capacidade contributiva individual prévia de cada cidadão.
- (E) transferir aos municípios a responsabilidade exclusiva pelo financiamento e pela execução das ações básicas de saúde.

18. Durante a análise de um contrato de prestação de serviços entre o município e uma Santa Casa local, gestores da Secretaria Municipal de Saúde discutem as condições para a participação da iniciativa privada no Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com os dispositivos constitucionais sobre o tema, assinale a alternativa correta.
- (A) A participação da iniciativa privada no SUS pode ocorrer independentemente de contrato ou convênio, desde que a instituição comprove capacidade técnica para prestar os serviços.
 - (B) A atuação complementar da iniciativa privada no SUS depende apenas da demonstração de insuficiência da rede pública para atender às necessidades assistenciais da população.
 - (C) Os recursos públicos destinados à assistência à saúde devem ser direcionados prioritariamente às instituições privadas sem fins lucrativos, sendo vedado qualquer repasse a entidades com fins lucrativos.
 - (D) As instituições privadas com fins lucrativos podem participar do SUS em igualdade de condições com as entidades filantrópicas, inclusive quanto à preferência para celebração de contratos e convênios.
 - (E) As instituições privadas poderão participar do SUS de forma complementar, mediante contrato de direito público ou convênio, com preferência para as entidades filantrópicas e sem fins lucrativos.
19. Um profissional da rede municipal de saúde atende, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), um trabalhador de uma fábrica de baterias automotivas que relata episódios frequentes de dores abdominais e fraqueza muscular. Diante da suspeita de saturnismo (intoxicação crônica por chumbo) relacionado à exposição ocupacional, a equipe discute as medidas a serem adotadas. Considerando as competências da Vigilância em Saúde e da Saúde do Trabalhador previstas na Lei Federal nº 8.080/1990, é correto afirmar que
- (A) o atendimento deve restringir-se ao tratamento clínico do paciente, pois as ações relacionadas à vigilância de agravos ocupacionais são de competência exclusiva dos órgãos trabalhistas.
 - (B) a notificação do caso ao setor de vigilância depende da comprovação de incapacidade financeira da empresa para custear exames complementares.
 - (C) o caso deve ser notificado ao sistema de vigilância epidemiológica, cabendo ao SUS desenvolver ações de saúde do trabalhador, inclusive quanto à informação, ao trabalhador e ao respectivo sindicato, sobre os riscos presentes nos ambientes de trabalho.
 - (D) a suspeita do agravo autoriza qualquer profissional de saúde do SUS a determinar, individualmente, a interdição imediata do estabelecimento.
 - (E) a investigação diagnóstica e a avaliação da relação entre doença e trabalho são atribuições exclusivas da saúde suplementar e da Previdência Social.
20. Após análise dos indicadores do território, uma Unidade Básica de Saúde decidiu reorganizar seu processo de trabalho para superar o modelo assistencial centrado na demanda espontânea e na lógica da queixa conduzida. A proposta baseou-se nos princípios da Reforma Sanitária Brasileira e da Vigilância em Saúde. Com base nesse contexto, assinale a alternativa que descreve corretamente a conduta alinhada a essa proposta.
- (A) Planejar as ações da UBS a partir do perfil epidemiológico do território, integrando vigilância, promoção da saúde, prevenção de agravos e acompanhamento longitudinal de condições crônicas, com atuação interdisciplinar e territorial.
 - (B) Priorizar o atendimento de urgências e emergências na UBS, com fluxo rápido para regulação de casos graves, deixando as ações coletivas e de monitoramento sob responsabilidade exclusiva da Vigilância Epidemiológica municipal.
 - (C) Substituir o acompanhamento clínico individual contínuo por campanhas educativas periódicas e ações coletivas pontuais, considerando prioritárias as ações coletivas em relação ao acompanhamento longitudinal.
 - (D) Centralizar as atividades da equipe na assistência curativa individual, mantendo as ações de vigilância, análise de dados e promoção da saúde como atribuições restritas aos níveis secundário e terciário do sistema.
 - (E) Reduzir o escopo da Vigilância em Saúde à notificação compulsória de doenças transmissíveis e ao monitoramento de surtos, sem articulação com as demais ações assistenciais ou de promoção da saúde na atenção básica.
21. Em uma Região de Saúde, a equipe de planejamento identificou barreiras de acesso e descontinuidade assistencial a pacientes crônicos de alta complexidade na transição entre a atenção básica e os serviços especializados. Para estruturar as Redes de Atenção à Saúde (RAS) e assegurar o acesso adequado a esses pontos de atenção, a gestão local deve pautar suas ações na diretriz que preconiza a
- (A) centralização das decisões clínicas na atenção terciária como polo coordenador do cuidado.
 - (B) integração vertical de serviços associada a sistemas de apoio logístico e de governança regional.
 - (C) fragmentação dos fluxos assistenciais para garantir a autonomia financeira de cada ponto da rede.
 - (D) exclusividade do acesso à média complexidade por meio de demanda espontânea e direta do usuário.
 - (E) independência funcional das unidades básicas em relação aos serviços de apoio diagnóstico.

- 22.** Em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), a equipe observa aumento no tempo de espera para atendimento da demanda espontânea, com queixas frequentes dos usuários e dificuldades na organização do fluxo assistencial. Durante reunião, a coordenação propõe medidas alinhadas à Política Nacional de Humanização (HumanizaSUS), com foco no acolhimento com classificação de risco, uma dessas medidas deve ser
- (A) encaminhar automaticamente os casos excedentes para os serviços de urgência da região, priorizando a redução do fluxo interno da unidade.
 - (B) reservar os horários da manhã para demanda espontânea e os da tarde para consultas agendadas, sem sobreposição entre os fluxos.
 - (C) estruturar fluxos de escuta qualificada e avaliação das necessidades dos usuários, considerando critérios de vulnerabilidade e gravidade, com participação integrada da equipe.
 - (D) atribuir aos profissionais administrativos a responsabilidade exclusiva pela definição da prioridade dos atendimentos, mantendo os profissionais de saúde restritos às consultas.
 - (E) definir a sequência dos atendimentos exclusivamente pela ordem de chegada dos usuários, para padronizar o acesso ao serviço.
- 23.** Em um município de médio porte, a equipe de vigilância em saúde observou que, nos últimos cinco anos, a taxa de mortalidade infantil caiu de 14 para 8 óbitos por mil nascidos vivos. No mesmo período, a cobertura vacinal infantil permaneceu acima de 95% e a proporção de domicílios com acesso à água tratada aumentou significativamente. É correto afirmar que, considerando os indicadores de nível de saúde da população, a
- (A) mortalidade infantil expressa exclusivamente a qualidade da assistência hospitalar prestada às crianças menores de um ano.
 - (B) cobertura vacinal configura-se como um indicador meramente administrativo, sendo irrelevante para a avaliação direta das condições de vida e saúde da população.
 - (C) análise dos indicadores de saúde deve restringir-se aos eventos de morbidade e mortalidade, sem considerar fatores sociais ou assistenciais.
 - (D) redução observada na mortalidade infantil permite deduzir, de forma isolada, que todos os demais indicadores de saúde do município apresentaram evolução positiva.
 - (E) análise integrada de indicadores demográficos, epidemiológicos, assistenciais e socioambientais é fundamental para a avaliação das condições de saúde e da evolução do perfil sanitário de uma população.
- 24.** Um município observou aumento progressivo dos casos de sífilis congênita, nos últimos anos, apesar da disponibilidade de testes rápidos na atenção básica. A análise epidemiológica mostrou que muitas gestantes iniciavam tratamento apenas no final da gestação e que os parceiros sexuais frequentemente não eram tratados. De acordo com a história natural da doença e com os níveis de prevenção de Leavell e Clark, é correto afirmar que
- (A) o início tardio do tratamento das gestantes caracteriza falha nas ações de prevenção primária, devendo ser priorizada a imunização da população em idade fértil.
 - (B) a realização de testes rápidos no momento do parto constitui medida de prevenção primária, por reduzir o risco de transmissão vertical durante a gestação.
 - (C) o tratamento da gestante infectada e de seus parceiros corresponde à prevenção terciária, voltada à redução das sequelas e à reabilitação dos indivíduos acometidos.
 - (D) o diagnóstico precoce durante o pré-natal e o tratamento oportuno da gestante e dos parceiros integram ações de prevenção secundária, com objetivo de interromper a evolução do agravo.
 - (E) as atividades educativas sobre infecções sexualmente transmissíveis dirigidas à população jovem caracterizam medidas de prevenção terciária, por atuarem sobre complicações tardias da doença.
- 25.** O Decreto Federal nº 7.508/2011 regulamenta a Lei nº 8.080/1990 e estabelece instrumentos para a organização e o planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS). A partir do disposto nesse decreto, é correto afirmar que
- (A) o Mapa da Saúde tem como finalidade principal identificar a distribuição geográfica dos hospitais federais no território nacional.
 - (B) a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES) pode incluir ações e serviços sem comprovação científica, desde que haja demanda de entidades representativas de pacientes.
 - (C) os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) impedem que Estados e Municípios adotem medidas complementares relacionadas à assistência terapêutica.
 - (D) a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) é instância de pactuação entre gestores federal, estaduais e municipais, atuando na definição de diretrizes para a organização das redes de atenção à saúde e na articulação interfederativa do SUS.
 - (E) a articulação interfederativa no SUS dispensa pactuação de responsabilidades entre os entes federativos, pois essas atribuições já estão integralmente definidas na Constituição Federal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. A vitamina D, para desempenhar suas funções no organismo, deve ser convertida em seu metabólito ativo, denominado

- (A) D-calciferol.
- (B) sitocalciferol.
- (C) colecalciferol.
- (D) calcitriol.
- (E) calcidiol.

27. A deficiência de determinado nutriente resulta no prolongamento do tempo de protrombina e, eventualmente, na doença hemorrágica, como resultado da diminuição da síntese de proteínas de coagulação sanguínea dependentes do referido nutriente, o qual também possui papel essencial na redução da perda óssea relacionada à idade.

O texto faz referência

- (A) à vitamina K.
- (B) ao cobre.
- (C) ao selênio.
- (D) à vitamina B12.
- (E) à vitamina B6.

28. Assinale a alternativa que apresenta corretamente os principais nutrientes cuja deficiência está associada à queratomalácia e à pelagra, respectivamente.

- (A) Vitamina A e vitamina B3.
- (B) Vitamina A e vitamina B1.
- (C) Vitamina A e vitamina B12.
- (D) Cobre e vitamina B1.
- (E) Selênio e vitamina B3.

29. Conforme referenciado no documento Caderno dos Programas Nacionais de Suplementação de Micronutrientes (Ministério da Saúde, 2022), a Organização Mundial da Saúde recomenda a suplementação diária de ferro como uma intervenção de saúde pública para a prevenção da deficiência de ferro e anemia.

Nesse contexto, fazem parte do público prioritário a receber a referida suplementação:

- (A) idosos acima de 70 anos de idade com qualquer nível de desnutrição.
- (B) crianças de 6 a 42 meses de idade com qualquer nível de desnutrição.
- (C) adultos em situação de alta vulnerabilidade social.
- (D) mulheres no pós-parto e/ou pós-aborto.
- (E) indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas.

30. Uma das formas de estimativa de peso é a utilização da equação de Chumlea (1985), que considera, além do sexo do indivíduo, algumas medidas corporais, entre elas:

- (A) o percentual de gordura corporal.
- (B) a prega cutânea bicipital.
- (C) a altura do joelho.
- (D) a estatura ou o comprimento.
- (E) a massa magra apendicular.

31. Assinale a alternativa que associa corretamente uma proteína sérica utilizada na avaliação do estado nutricional e uma das suas principais funções.

- (A) Albumina e transporte de ferro do plasma.
- (B) Albumina e manutenção da pressão coloidosmótica do plasma.
- (C) Pré-albumina e transporte de vitamina C do plasma.
- (D) Betaglobulina e transporte de potássio do plasma.
- (E) Transferrina e manutenção dos níveis normais de zinco no plasma.

- 32.** De acordo com a Resolução RDC nº 727, de 1º de julho de 2022, que dispõe sobre a rotulagem dos alimentos embalados, os aditivos alimentares devem ser declarados na lista de ingredientes após os demais ingredientes, por meio da função tecnológica principal do aditivo no alimento seguido do nome completo ou do número dele no Sistema Internacional de Numeração do *Codex Alimentarius*.

Entretanto, é obrigatória a declaração do nome completo, independente da declaração do número, do aditivo:

- (A) sulfito de sódio.
- (B) taumatina.
- (C) corante caramelo.
- (D) nitrito de potássio.
- (E) tartrazina.

- 33.** Um nutricionista foi contratado para revisar o rótulo de um produto alimentício que continha os seguintes ingredientes: ovos, leite integral, aveia, canela, macadâmia, cacau em pó, noz moscada e fermento. O profissional verificou que a informação sobre ingredientes alergênicos estava incompleta, pois aparecia escrita da seguinte maneira: Alérgicos: contém ovos e leite.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente a lista de alimentos que devem estar identificados como alergênicos.

- (A) Ovos, leite, aveia e macadâmia.
- (B) Ovos, leite, macadâmia e cacau.
- (C) Ovos, leite, aveia e cacau.
- (D) Ovos, leite, macadâmia e canela.
- (E) Ovos, leite, canela e noz moscada.

- 34.** No que tange às técnicas básicas de pré-preparo e preparo dos alimentos, assinale a alternativa correta.

- (A) A fervura em ebulição é um tipo de cocção por calor misto.
- (B) A técnica empregada no pré-preparo pode influenciar o indicador de parte comestível dos alimentos.
- (C) A quantidade de água utilizada para cozinhar os alimentos não interfere na preservação de nutrientes.
- (D) O uso de altas temperaturas durante a cocção de hortaliças não altera o teor de vitaminas hidrossolúveis.
- (E) O índice de conversão é utilizado para o cálculo do aumento de volume apresentado pelas leguminosas pós remolho.

- 35.** Uma unidade de alimentação e nutrição hospitalar recebeu um lote de tulipa de frango congelada, e o nutricionista informou ao funcionário responsável pelo controle da validade dos gêneros que, de acordo com a Portaria do Centro de Vigilância Sanitária (CVS) nº 5, de 09.04.2013, que aprova o regulamento técnico sobre boas práticas para estabelecimentos comerciais de alimentos e para serviços de alimentação, o prazo de validade do produto, se armazenado a 10 graus negativos (–10 °C), será de

- (A) 50 dias.
- (B) 40 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 20 dias.
- (E) 10 dias.

- 36.** Após inspeção sanitária em uma cozinha, o nutricionista observou inadequações relacionadas à conservação dos alimentos, ao considerar o recomendado pela Portaria do Centro de Vigilância Sanitária (CVS) nº 5, de 09.04.2013, que aprova o regulamento técnico sobre boas práticas para estabelecimentos comerciais de alimentos e para serviços de alimentação. Entre os alimentos avaliados e suas temperaturas de armazenamento sob refrigeração estavam: pudim de leite a 4 °C, peixe assado a 3 °C, muçarela fatiada a 4 °C, iogurte a 7 °C, filé de frango cru a 4 °C.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente o alimento armazenado em temperatura inadequada e a temperatura máxima de armazenamento deste, sob refrigeração, recomendada pela portaria supracitada.

- (A) Pudim de leite, 3 °C.
- (B) Peixe assado, 2 °C.
- (C) Muçarela fatiada, 2 °C.
- (D) Iogurte, 5 °C.
- (E) Filé de frango cru, 2 °C.

- 37.** Segundo a Resolução ANVISA nº 976, de 5 de junho de 2025, que dispõe sobre os requisitos sanitários para fórmulas infantis, fórmulas de nutrientes para recém-nascidos de alto risco, alimentos de transição e alimentos à base de cereais para lactentes e crianças de primeira infância, fórmulas para nutrição enteral e fórmulas dietoterápicas para erros inatos do metabolismo, as fórmulas infantis de seguimento para crianças de primeira infância devem receber essa denominação de venda quando formuladas e destinadas a crianças de

- (A) 6 meses a 1 ano.
- (B) 6 meses a 1,5 ano.
- (C) 1 ano a 2 anos.
- (D) 1 ano a 3 anos.
- (E) 1 ano a 5 anos.

38. Em relação à alimentação de crianças não amamentadas, o Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de Dois Anos (Ministério da Saúde, 2019) afirma corretamente que
- (A) a primeira alternativa é oferecer leite de vaca desnatado e avaliar a aceitação da criança.
 - (B) o leite de vaca possui proteínas de digestão mais rápida, além de quantidades adequadas de micronutrientes, podendo ser ofertado à criança nos primeiros meses de vida.
 - (C) a criança alimentada com leite de vaca modificado precisa receber suplementação de vitaminas e minerais.
 - (D) os compostos lácteos, em função de sua composição, são indicados para crianças a partir do primeiro ano de vida.
 - (E) a fórmula infantil ou o leite de vaca modificado em casa, antes de ser ofertado à criança, deve ser aquecido em fogão ou forno de micro-ondas.
39. Um paciente informou ao nutricionista que ingeriu, no café da manhã, os seguintes alimentos: café, leite integral pasteurizado, tapioca e manteiga. Dessa forma, de acordo com a classificação dos alimentos proposta no Guia Alimentar para a População Brasileira (Ministério da Saúde, 2014), ele ingeriu, respectivamente:
- (A) 3 alimentos minimamente processados e 1 ingrediente culinário.
 - (B) 1 alimento *in natura*, 2 alimentos minimamente processados e 1 ingrediente culinário.
 - (C) 2 alimentos minimamente processados, 1 alimento processado e 1 ingrediente culinário.
 - (D) 1 alimento *in natura*, 2 alimentos minimamente processados e 1 alimento processado.
 - (E) 3 alimentos minimamente processados e 1 alimento ultraprocessado.
40. Em relação às práticas alimentares recomendadas à população idosa, o Protocolo de Uso do Guia Alimentar para a População Brasileira na Orientação Alimentar da Pessoa Idosa (Ministério da Saúde e Universidade de São Paulo, 2021) recomenda o consumo de
- (A) feijão ou outra leguminosa, por exemplo, lentilha e grão de bico, pelo menos, 5 vezes por semana.
 - (B) 1 copo de água, no máximo, durante as refeições principais.
 - (C) frutas, pelo menos 4 vezes por semana, da forma como forem melhor aceitas, inteiras ou em sucos.
 - (D) lanches práticos entre as refeições, como torradas integrais e suco de caixinha sem açúcar.
 - (E) legumes e verduras, diariamente, no almoço e no jantar.
41. Um indivíduo, após realização de endoscopia digestiva alta e posterior consulta com um gastroenterologista, recebeu diagnóstico de esofagite erosiva e foi orientado a restringir a ingestão, quando associada ao desencadeamento e/ou piora de sintomas, de alguns alimentos e bebidas, por exemplo:
- (A) aveia.
 - (B) chia.
 - (C) tomate.
 - (D) torrada.
 - (E) mamão.
42. Ao atender um indivíduo adulto com diagnóstico de doença celíaca, o nutricionista explicou a ele sobre a importância da exclusão do glúten da dieta e apresentou um plano alimentar com a inclusão de alguns alimentos, entre eles
- (A) trigo bulgur.
 - (B) farinha Panko.
 - (C) sêmola de milho.
 - (D) gérmen de trigo.
 - (E) bebida vegetal de espelta.

43. Segundo a Portaria conjunta SAES/SECTICS nº 5, de 30 de abril de 2024, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Fibrose Cística, indivíduos com fibrose cística devem ser acompanhados regularmente por nutricionistas, que devem adequar a alimentação de acordo com as necessidades específicas de cada paciente e recomendar dieta
- (A) hipercalórica, hiperproteica e hiperlipídica, com reposição das vitaminas lipossolúveis e de sais minerais.
 - (B) hipocalórica, hiperproteica e hiperlipídica, com reposição das vitaminas lipossolúveis e de sais minerais.
 - (C) hipercalórica, hiperproteica e normolipídica, com reposição das vitaminas hidrossolúveis e de ferro.
 - (D) hipercalórica, hiperproteica e normolipídica, com reposição das vitaminas lipossolúveis e de cálcio.
 - (E) normocalórica, hiperproteica e hiperlipídica, com reposição das vitaminas hidrossolúveis.
44. A Portaria conjunta SAES/SECTICS nº 11, de 16 de setembro de 2024, que aprova o Protocolo Clínico e as Diretrizes Terapêuticas das Estratégias para Atenuar a Progressão da Doença Renal Crônica, recomenda, como parte do tratamento não medicamentoso da doença, a restrição de potássio, para indivíduos com quadro de
- (A) instabilidade hemodinâmica.
 - (B) hipercalemia.
 - (C) artrite gotosa.
 - (D) hipertensão pulmonar.
 - (E) neuropatia periférica.
45. De acordo com a Portaria SCTIE/MS nº 13, de 21 de fevereiro de 2026, que torna pública a decisão de atualizar, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o Protocolo Clínico e as Diretrizes Terapêuticas do Diabetes Mellito Tipo 2, em relação ao uso das fibras dietéticas para o manejo do diabetes (DM), recomenda-se a ingestão
- (A) de fibras insolúveis por apresentarem efeitos benéficos na glicemia e auxiliar no retardo do esvaziamento gástrico.
 - (B) de fibras solúveis por contribuírem para a saciedade e para o controle de peso corporal.
 - (C) de todos os tipos de fibras dietéticas por melhorarem o controle glicêmico e atenuar hipoglicemia pós-jejum prolongado.
 - (D) de fibras dietéticas, para adultos com DM, na quantidade mínima de 45 g/dia.
 - (E) de fibras dietéticas, para adultos com DM, na quantidade de 14 g/1.000 kcal.
46. Um aspecto fundamental no tratamento das dislipidemias são as medidas não medicamentosas direcionadas não somente à redução dos níveis de lipídios séricos, mas também a outros fatores de risco cardiovascular. Nesse contexto, a Portaria Conjunta nº 8, de 30 de julho de 2019, que aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Dislipidemia: prevenção de eventos cardiovasculares e pancreatite, recomenda a redução da ingestão
- (A) de alguns óleos vegetais com quantidade significativa de ácidos graxos saturados, por exemplo, ácido oleico.
 - (B) de álcool para, no máximo, 1 vez por semana, preferindo-se bebidas de teor alcoólico de até 4,5%.
 - (C) de ácidos graxos trans para até 0,5 g/dia, considerando-se dieta de 2.000 kcal.
 - (D) da gordura total da dieta, para indivíduos com níveis de triglicerídeos acima de 1.000 mg/dL, e substituição por ácidos graxos de cadeia longa, como o presente no óleo de coco.
 - (E) de gordura animal, de polpa e leite de coco e de alguns óleos vegetais que contêm quantidades significativas de ácidos graxos saturados, como os óleos de palma, de coco e de dendê.
47. Nas últimas décadas, a população brasileira experimentou grandes transformações sociais que resultaram em mudanças no seu padrão de saúde e de consumo alimentar. Nesse contexto, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Ministério da Saúde, 2013) representa uma resposta oportuna e específica do Sistema Único de Saúde para reorganizar, qualificar e aperfeiçoar suas ações para o enfrentamento da complexidade da situação alimentar e nutricional da população brasileira, que apresenta como propósito a
- (A) priorização da oferta de alimentos *in natura* e orgânicos à população.
 - (B) melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira.
 - (C) promoção de práticas interdisciplinares relacionadas ao cuidado nutricional nos equipamentos de saúde.
 - (D) promoção de ambientes alimentares que favoreçam escolhas de alimentos mais adequadas.
 - (E) interlocução com a vigilância sanitária para garantia da qualidade dos alimentos.

48. A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, foi alterada em 30 de setembro de 2025, pela Lei nº 15.226. Dessa forma, a orientação atual é que, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no mínimo, o seguinte percentual deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações:

- (A) 30%
- (B) 35%
- (C) 40%
- (D) 45%
- (E) 50%

49. De acordo com a resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre a gestão e a oferta da alimentação escolar aos estudantes da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e dá outras providências, os cardápios escolares devem limitar a oferta de determinados alimentos. Dessa forma, é correto afirmar que

- (A) em todas as unidades escolares, a oferta de produtos cárneos deve ser de, no máximo, três vezes por mês.
- (B) em unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período parcial, a oferta de líquidos lácteos com aditivos ou adoçados deve ser de, no máximo, duas vezes por mês.
- (C) em todas as unidades escolares, a oferta de alimentos em conserva deve ser de, no máximo, uma vez por semana.
- (D) em unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período integral, a oferta de margarina ou creme vegetal deve ser de, no máximo, duas vezes por semana.
- (E) em unidades escolares que ofertam alimentação escolar em período integral, a oferta de preparações doces deve ser de, no máximo, uma vez por semana.

50. De acordo com a Lei nº 6.583/1978, que cria os Conselhos Federal e Regionais de Nutrição e regula o seu funcionamento; e dá outras providências, a extinção ou perda de mandato de membro do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais ocorrerá em decorrência de algumas situações, por exemplo, por condenação a pena, em virtude de sentença transitada em julgado, superior a:

- (A) 6 meses.
- (B) 1 ano.
- (C) 2 anos.
- (D) 3 anos.
- (E) 5 anos.

RASCUNHO

RASCUNHO

